



Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia doze de abril de dois mil e dezesseis, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: José Geraldo Guedes – Presidente, André Luiz Vieira da Silva – Vice-Presidente e Silvânio Aguiar Silva – Secretário. O Senhor Presidente solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se as ausências justificadas dos vereadores Leci Alves Campos e Nélio Aurélio de Souza. O Senhor Secretário: “Senhor Presidente, pela ordem. Mesmo fora aqui do momento da leitura de correspondências, a gente tem um atestado médico do vereador Nélio Aurélio que justifica a sua ausência hoje no Plenário”. Sob a proteção de Deus, o Senhor Presidente abriu os trabalhos e convidou todos para, de pé, ouvir o Hino Nacional. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “questão de ordem, Senhor Presidente. É só para registrar aqui do vereador Leci Campos que está enfermo no Biocor, está com pneumonia; tá, Secretário? Você não leu a correspondência aí, não sei se alguém mandou”. O Senhor Secretário: “não. Mas é porque ainda vai ter o momento apropriado, vereador, mas ótimo, é isso mesmo, o senhor tem razão”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “beleza, está ok”. Alguém na plateia se manifestou. O Senhor Presidente: “eu pediria ao senhor que colaborasse com a reunião, não pode manifestar durante as nossas reuniões, eu pediria ao senhor, por favor”. Logo após, o Senhor Presidente comunicou que a Ata da Reunião Ordinária do dia cinco de abril de dois mil e dezesseis foi encaminhada aos gabinetes para os vereadores conferirem-na. Colocou-a em discussão, nenhum vereador se manifestou. O Plenário aprovou a Ata. O Senhor Secretário proferiu leitura das correspondências recebidas: 1) “Ofício 50/2016. Nova Lima, 12 de abril de 2016. Do Assessor



Parlamentar Gabinete Vereador Leci Alves Campos, Amauri Duarte Nunes. Ao Excelentíssimo Sr. José Geraldo Guedes. DD. Presidente da Câmara Municipal. Prezado Sr., Comunico que o vereador Leci Alves Campos não comparecerá à reunião plenária do dia 12/04/2016 (terça-feira) por motivo de saúde encontra-se hospitalizado. Sem mais, agradeço a atenção. Atenciosamente”. 2) Ofício nº 002/2016. Nova Lima, 11 de abril de 2016. Do Sr. Antônio Carlos Mendes Barbosa, Presidente do PTC – Partido Trabalhista Cristão. “Senhor Presidente, Apresentamos-lhes o vereador Gilson Antônio Marques como Líder da Bancada do Partido Trabalhista Cristão – PTC. Atenciosamente”. O Senhor Secretário: “correspondência do Partido Solidariedade, com data do dia 12 de abril de 2016. Senhor Presidente, o senhor me permite, tem um erro de grafia nessa correspondência, o senhor me permite fazer a substituição, o texto é o mesmo, só que tem um erro de grafia”. O Senhor Presidente: “ok, perfeitamente”. 3) Ofício sem número. Nova Lima, 12 de abril de 2016. Do Sr. Paulo Sérgio Morais Seabra, Presidente do Diretório Municipal do Partido Solidariedade. “Prezado Presidente, O Presidente do Diretório Municipal do Partido Solidariedade de Nova Lima, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, indica o nobre vereador Silvânio Aguiar Silva como líder do Partido Solidariedade nesta Casa Legislativa a partir de hoje, 12 de abril de 2016, e ressalta ainda que o Partido fica lisonjeado de receber em seus quadros tão nobre ativo parlamentar. ‘Com Solidariedade a gente muda o Brasil e Nova Lima também’. Atenciosamente”. 4) Correspondência do Gabinete do vereador José Geraldo Guedes. “Ilmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Nova Lima. Solicito a leitura do registro abaixo, que trata de matéria em investigação policial, cujos depoimentos já foram colhidos juntos à Polícia. Atenciosamente. José Geraldo Guedes. No exercício do cargo de presidente da Câmara, formalizo que venho sofrendo



sistematicamente ataques de jornais, redes sociais, tudo isso porque noticieei junto ao Ministério Público que demiti o ex-servidor John Heberth, que ganhava mensalmente mais de R\$ 15 mil reais. Eu o demiti porque descobri que o mesmo usou de um diploma escolar falso para trabalhar aqui na Câmara desde 2006. Quando descobri essa falcatrua no ano passado mandei ele embora na hora e ingressei no Ministério Público com uma notícia crime para que ele seja obrigado a devolver aos cofres públicos os valores recebidos de forma fraudulenta por cerca de 10 anos bem como ele responda criminalmente pelo ato praticado contra o erário público. O John já foi ouvido pela Polícia Civil, no qual pasmem os senhores, confessou ter realmente usado de diploma falsificado para ser admitido no cargo na Câmara que exigia o segundo grau completo, escolaridade que ele não tinha. O inquérito já foi devolvido pela Polícia Civil ao Ministério Público e mais cedo ou mais tarde ele poderá ser preso, com pena de 2 a 4 anos de reclusão, como determina a lei. E ainda ter que devolver o salário que conseguiu receber da Câmara de forma fraudulenta. Após sua demissão, de lá para cá, pessoas ligadas ao senhor John vêm sistematicamente tentando tumultuar a minha administração na Câmara. Agora o que me entristece é que todo mundo na política, principalmente meus colegas vereadores sabem da índole e do caráter perverso desse ex-servidor da Casa. Chamar ele de mau caráter ou até mesmo de bandido é pouco para ele. E vereador que anda com ele, ou é seu refém ou está ganhando frutos com o mau caratismo desse ex-servidor da Casa. Mais uma vez nessa semana foi dado publicidade a uma matéria requeitada com os mesmos temas já divulgados há mais de um ano contra o contrato realizado entre a Câmara de Vereadores e a TV Banqueta. As denúncias já estão no Ministério Público e o mesmo já vem apurando tudo. O primeiro contrato realizado entre a Câmara e a TV Banqueta foi feito por licitação na modalidade de



inexigibilidade, em 08 de outubro de 2014, assinado pelo presidente da época Nélio Aurélio. O objeto do contrato era para a TV realizar a gravação das reuniões da Câmara às terças-feiras e a sua exibição era feita sete dias após a reunião. Para atender o pedido da população e dar mais democracia às atitudes dos vereadores, em 03 de março de 2015 fiz um novo contrato com um novo objeto onde a TV Banqueta tem que transmitir ao vivo, não somente as reuniões ordinárias de terça-feira, mas sim qualquer outro evento da Câmara como reuniões extraordinárias, solenes, entrega de Título de Cidadão Honorário, audiências públicas, homenagens especiais, dentre outros eventos realizados pela Câmara Municipal de Nova Lima. Ainda, a TV é obrigada a reprisar diariamente as reuniões, 3 vezes ao dia, na parte da manhã, tarde e noite. A TV fica à disposição da Câmara de Vereadores. Qualquer dia e horário que a Câmara realizar um evento a TV tem que parar a sua programação e colocar no ar, ao vivo, o evento da Casa Legislativa, levando o tempo que precisar. Seja uma hora, duas horas, três horas, quatro horas, como durou, por exemplo, a audiência pública sobre transporte público realizada pela Câmara em uma quinta-feira que teve duração de 3 horas e 40 minutos. Qual televisão tem essa disponibilidade? Onde eu vou eu só recebo elogios por ter tido a iniciativa de transmitir, ao vivo, toda e qualquer reunião realizada pela Câmara de Vereadores. Não só a população, como próprios vereadores elogiam essa atitude. Para finalizar, vocês podem tentar fazer de tudo para me difamar, mas tenho a consciência tranquila e a certeza que faço tudo aqui na Câmara de Vereadores de forma correta e honesta. E quem tem que investigar as denúncias já está fazendo que é o Ministério Público”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “questão de ordem, Senhor Presidente. Eu queria aproveitar que o Senhor citou esse fato da TV Banqueta, e eu quero deixar bem claro que eu acho de suma importância que as reuniões da Câmara sejam transmitidas ao vivo e eu não vejo



nenhuma dificuldade para isso acontecer. Se eu colocar uma câmera ali, agora, assim que terminar a reunião eu joga ela no YouTube e de graça. A Câmara Federal disponibiliza também de um canal legislativo que é gratuito. E uma outra coisa que existe de errado no contrato da TV Banqueta é que a TV Banqueta não existe, é um nome fantasia, o que existe é uma associação comunitária de televisão... De televisão comunitária. E pelo o que eu andei apurando e agora, principalmente com as denúncias vindas à tona por meio da imprensa, existe sim algumas irregularidades. E isso não tem nada a ver com aparecer ou não na televisão, até porque é um privilégio poder estar sendo assistido pela população de Nova Lima e eles, então, estarem vendo a transparência dos nossos atos, das nossas ações aqui dentro do plenário. Então, como para essa dúvida sobre... E esse assunto já tem rendido bastante conversa nas redes sociais, a ponto de sair até na imprensa. Da mesma maneira que essa Casa tratou as denúncias contra a prefeitura quando saiu no jornal O Tempo e o vereador Nélio Aurélio, que inclusive eu gostaria que estivesse presente, solicitou uma CPI para que fossem investigadas as denúncias e acabou que essa CPI, composta pelo vereador Flávio de Almeida, pelo vereador Gilson Marques e pelo vereador Alessandro Coxinha, acabou constatando, segundo a CPI, várias irregularidades e encaminhando aquilo que elas apuraram. Eu acho que o mesmo tratamento tem que ser dado com essa Casa, do mesmo jeito que essa Casa tratou as denúncias com relação ao Poder Executivo, ela deve tratar as denúncias com relação a ela mesma. Por isso eu quero propor aos meus nobres colegas vereadores que nós criemos uma CPI para investigar o contrato da TV Banqueta. Se estiver tudo correto, então não há o que temer, nem há problema nenhum e aí a população vai ficar esclarecida, não tem problema nenhum. Inclusive, a própria TV Banqueta, enquanto o contrato dela estiver valendo, vai cobrir todas as reuniões da CPI



e vai ser testemunha também para validar o seu contrato. Então, eu acho que o mais correto com a população e com nós mesmos porque o que está na rua é que a gente está cometendo irregularidades, então o mais correto é que esta Casa faça uma CPI para investigar esse contrato. E eu queria que o Senhor Presidente consultasse o Plenário para que essa CPI fosse aberta hoje”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor...”. O Senhor Presidente: “o senhor quer usar da palavra? Sim...”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “eu gostaria que o Senhor consultasse o Plenário sobre a abertura da CPI hoje”. O Senhor Presidente: “eu vou consultar, mas eu quero antes usar no máximo dois minutos, porque o motivo é o seguinte: o jornal ZigZag, de algum tempo para cá, vem em todas edições colocando terceiros para denegrir minha imagem. Eu sempre que sentei nessa cadeira aqui na Câmara, dezembro eu completo vinte e quatro anos que eu estou aqui. Comigo não tem esse negócio não, eu cito o nome, eu cito o nome. O jornal ZigZag vem toda semana, todas as edições suas, me atacando injustamente, mas a justiça atua em cima das pessoas mentirosas e levianas. E eu vou ingressar na justiça e estou tranquilo. Eu falei aqui... Esse aqui é o jornal ZigZag: ‘repercute em todo o estado escândalo envolvendo o Presidente da Câmara e a televisão de Nova Lima’. Eu posso dizer para os senhores que eu acho que esse tempo, um ano e quatro meses que eu estou aqui na Câmara como Presidente, é o melhor contrato que eu fiz. Por que? Antes, como foi dito, foi lido aqui pelo Secretário, antes era uma filmagem e que passava uma, duas vezes, durante a semana, às vezes, depois de sete dias, depois que já tinham todos os assuntos da Câmara já estavam na rua, todo mundo já sabia. Então, usava-se a TV Banqueta, um funcionário para filmar. Eu achei por bem que fosse uma transmissão direta. E as maiores autoridades de Nova Lima, um interesse tão grande, que juízes, promotores, advogados, que nunca tiveram a oportunidade de assistir às nossas



reuniões, por seus afazeres, assistem diretamente ou o tape. Quero dizer que mais uma vez, que eu posso garantir que não há nada de errado no contrato. Quero dizer para os senhores, vou repetir, que foi um dos melhores contratos porque hoje a TV Banqueta mostra quem é quem aqui dentro, quem trabalha, quem tumultua a reunião, quem que vota somente contra a nossa cidade, os melhores projetos. Então, eu durmo tranquilo. Eu não vou alongar mais porque eu estou inscrito no Grande Expediente, vou usá-lo. E quero dizer para vocês todos, assistentes, povo de Nova Lima, que o problema da TV Banqueta já está na justiça. Eu confio na justiça, tenho certeza que eu fiz o certo. O povo prefere assistir um tape sete dias, dez dias depois ou assistir diretamente? Eu tenho certeza absoluta que o povo está gostando, eu sou elogiado nas ruas de Nova Lima por este ato. Eu não vejo nada de mais, eu sempre procurei ser correto aqui na Câmara. Eu sei que existem vereadores aqui dentro que amanhecem pensando no Zé Guedes e dormem pensando no Zé Guedes, mas tentando, tentando conseguir apurar alguma falha minha. Eu tenho certeza absoluta que só Deus que não errou, eu posso errar amanhã. Posso errar amanhã tentando acertar”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “consulte o Plenário, Senhor Presidente, sobre a abertura da CPI”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu quero...”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “eu quero falar também”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu gostaria de ter o direito à fala, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “eu... Eu vou interromper...”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “eu gostaria que o Senhor consultasse o Plenário, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “eu vou interromper a reunião por cinco minutos, solicitação do jurídico, para dar as devidas explicações sobre a solicitação do senhor. Está encerrada...”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, antes da solicitação, deixa só eu fazer um cumprimento ao pessoal do... O



Senhor me permite?”. O Senhor Presidente: “perfeitamente”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “então, eu quero cumprimentar todas as diretoras de escolas que estão aqui presentes hoje. Quero cumprimentar aos militantes do Solidariedade, pessoas que eu aproveito para agradecer pela presença e agradecer a acolhida minha no partido. Quero cumprimentar e agradecer a presença dos meus familiares, meu pai, meu cunhado, minha esposa, minhas duas filhas e agradeço a todos vocês que estão aqui hoje prestigiando essa minha indicação para o partido e para a liderança do partido. Muito obrigado a todos vocês. Senhor Presidente”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente, questão de ordem”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “questão de ordem”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “eu não terminei ainda não”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “questão de ordem”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, como a sessão ainda não foi encerrada e eu queria... Eu sei que vamos para uma conversa ali dentro, eu gostaria muito de fazer algumas ponderações. Todo mundo aqui sabe que eu sempre defendi a TV Banqueta desde o primeiro dia que ela entrou nesta Casa, aliás, eu não defendi a TV Banqueta porque fica feio eu falar isso, mas defendi sim a publicidade das ações da Câmara Municipal e eu vejo isso com muito bons olhos. Eu queria ponderar o vereador André Vieira, que a gente pudesse, antes de se abrir a CPI, olha, tudo mundo sabe que eu fui a favor de uma CPI na época da prefeitura, eu fui a favor de uma CPE, mas eu queria ponderar que a gente pudesse tratar desse assunto internamente primeiro, acho que até chamar as pessoas envolvidas e tentar entender esse processo primeiro, para aí sim, depois, se a gente ver que é realmente necessário, uma vez que a gente sabe que o Ministério Público está, de fato, investigando esse caso, a gente possa, se for o caso, abrir a CPI. É só mesmo uma ponderação, respeito o senhor, vereador, e a gente até conversou sobre





isso, inclusive. Eu acho que a CPI é uma oportunidade que as pessoas têm de se manifestar e se colocar até contrárias àquilo que foi dito, mas eu penso que a gente podia ter uma conversa interna primeiro e que pudesse nos levar a uma reflexão melhor sobre esse tema, que fica mesmo parecendo que tem um revanchismo político...”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “o senhor me concede um aparte, senhor vereador?”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “aparte concedido, mas eu não terminei a minha fala, Senhor Presidente”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “está ok. Eu só queria deixar claro o seguinte: o que eu estou querendo fazer é apurar a real situação, a verdade dos fatos, porque existem indícios de que há irregularidades no contrato. E não é porque é a TV Banqueta, pode ser quem for, pode ser quem for, se estiver errado, é o dinheiro público, é o dinheiro público. Não é porque está aparecendo na televisão que eu vou ficar com medo não. Se estiver errado, é dinheiro público. Só para deixar claro aqui para a população de Nova Lima, um contrato de inexigibilidade, que dispensa licitação, não pode ter concorrente. E o que a TV... O que o contrato rege... Eu estou dizendo por que eu tenho o contrato em mãos, eu pedi aqui em Plenário. O que o contrato da TV Banqueta, ele justifica a inexigibilidade é uma consulta feita à TV Record e à TV Bandeirantes, que não têm nada a ver com uma associação comunitária, até porque TV Banqueta é um nome fantasia, não é uma televisão. Para ser televisão, você tem que ser outorgado pelo Ministério das Comunicações e essa televisão não é. Então, a realidade... E é por isso que eu estou querendo que faça uma CPI, porque aí se investiga e se apura. ‘Ah, está no Ministério Público’. Tem tanta coisa que está no Ministério Público. O Senhor acabou de citar um exemplo de uma denúncia que está no Ministério Público e que está lá, está lá. O Senhor acabou de citar. Então, eu sou a favor de que se investigue tudo. Eu só não acho correto é usar dois pesos e duas medidas.



Chega uma denúncia da prefeitura e eu sempre fui opositor da prefeitura aqui, sempre fui oposição. E, inclusive, na época que chegou o jornal aqui e que o vereador Nélio Aurélio pediu a CPI, eu falei: 'eu entendo que não deveria ser pedido através de denúncia de jornal'. Mas já que pediu por causa daquela denúncia, então, se veio outra denúncia agora, que dê o mesmo tratamento, porque não adianta eu tentar consertar a casa dos outros, se a minha casa está em desordem. Então, nós temos que olhar sim, Senhor, e ver a veracidade dos fatos. E a melhor forma de se ver isso é através de uma CPI. Qualquer vereador tem o direito de votar contra e de não concordar, mas eu entendo que eu não estou pedindo nada de mais. Eu não estou aqui já determinando. O que eu falei aqui é o que eu vi, o que eu entendo. Então, já vi um indício de irregularidade, por isso que eu estou falando. Agora, se apurarmos, dentro da CPI, se houver a prova, porque na CPI tem o direito de defesa, tem as oitivas aqui, onde todo mundo pode participar. E aí, nada melhor do que deixar a população a par de tudo. Eu não estou nem aí, eu não tenho preocupação, eu não tenho medo de TV, eu não tenho medo de jornal, eu fui capa de jornal várias vezes nessa cidade, justamente por estar defendendo o que eu achava que era correto. Fui motivo de chacota, fui zombado, nunca tive medo de imprensa e nunca vou ter, até porque o vereador que tiver medo de imprensa pode mudar de profissão, pode arrumar outra coisa para fazer, porque político automaticamente ele vai ser taxado de um monte de coisa pejorativa, por mais correto que ele seja. Então, eu não estou preocupado com imprensa, eu estou preocupado com a minha consciência. Então, se a minha consciência está tranquila, então, eu não tenho do que temer. É o que eu penso em relação à TV, se não há problema nenhum, então, vamos apurar os fatos e acabou. Não tem porque ir para a sala, não tem porque se esconder, não tem porque fugir do público. Coloca aqui em votação, quem não quiser



votar, pronto, o voto é vencido, não abre a CPI e acabou. Agora, quem quiser apurar a verdade, abre a CPI e acabou. Eu não saio daqui para ir conversar com ninguém porque o que eu estou pedindo é legítimo. Só deixando claro isso”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “vereador Silvânio, você me dá um aparte?”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “eu vou devolver a fala ao Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “eu vou interromper a reunião e quero dizer que a solicitação do vereador André Vieira está completamente errada. O artigo 104, para dar entrada com CPI, você tem que ter quatro assinaturas dos vereadores, se o senhor conseguir... Está encerrado e vamos discutir internamente”. A reunião foi suspensa. Reiniciando os trabalhos, o Senhor Presidente: “vamos reiniciar a reunião. Vou colocar o requerimento verbal do vereador André Vieira a respeito da instauração da CPI, TV Banqueta. Eu quero dizer que para ser implantada a CPI terá que ter quatro votos. Eu farei a consulta ao Plenário, se o Plenário está de acordo pela solicitação do vereador André Vieira. Os vereadores que concordam permaneçam como estão”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “está em discussão; não é, Senhor Presidente?”. O Senhor Presidente: “os vereadores que concordam permaneçam como estão”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “com a instauração...”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “eu queria...”. O Senhor Presidente: “da solicitação do vereador André...”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “questão de ordem, antes de o Senhor colocar em votação. Questão de ordem”. O Senhor Presidente: “em discussão, com a palavra o vereador André Vieira”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “só deixar claro aqui, mais uma vez, que o que nós estamos solicitando em nada tem a ver com a questão de tirar a TV ou a apresentação das reuniões do ar. Volto a frisar, volto a frisar, a Câmara Federal disponibiliza um canal gratuito onde pode ser transmitida a TV, sem custo. Volto a



frisar, se a Casa quiser, ela usa um programa de streaming que faz transmissão ao vivo, ela também tem material para fazer essa transmissão, não tem problema nenhum. E volto a frisar também e assumo até um compromisso aqui, se algum dia, algum tempo, eu estiver aqui e essa televisão não estiver transmitindo aqui, eu coloco as reuniões todinhas na internet. A coisa mais fácil no mundo hoje é colocar a programação... A reunião aqui na internet. Por que eu estou falando isso? Porque não tem nada a ver uma coisa com a outra. Uma coisa é a programação estar sendo transmitida para a população, que eu acho saudável e eu acho maravilhoso. Eu tenho, inclusive, me beneficiado dessa transmissão porque as pessoas veem aqui quem é quem, as pessoas veem aqui quem está do lado da população, quem está do lado da transparência, quem está, realmente, preocupado com o dinheiro público e quem tem o que temer ou quem está se escondendo. Eu aprendi e eu creio que todos, inclusive os que nos assistem pela Banqueta, devem já ter falado uma vez na vida ou ouvido a mamãe dizer: 'quem não deve não teme'. E o que eu estou pedindo é para se abrir uma investigação. Se estiver errado, que os culpados... Como o próprio Presidente gosta de pregar aqui moralidade, como deve ser, se estiver errado, os culpados paguem pelo erro. Se estiver certo, melhor ainda, porque se não quer temer o crivo da justiça, faz o que é certo, você vai ter até o louvor dela, essa é a realidade. Agora, dizer que está no Ministério Público... Volto a frisar, a denúncia que estava... Que gerou a CPI, que apontou culpados pelos desvios de trinta milhões, ela partiu de um jornal e ela também já estava no Ministério Público, inclusive, a matéria jornalística foi uma matéria dada por um promotor. Então, pegaram a matéria de um promotor, que estava no jornal e fizeram a denúncia e essa denúncia gerou a CPI. Eu estou apenas repetindo o que foi feito nessa Casa contra o Poder Executivo, eu não estou pedindo nada de mais, eu estou pedindo que se faça a mesma



coisa com essa Casa, que se investigue. Eu não vejo problema nenhum. Ah, o resultado da CPI é que vai dizer quem está certo ou quem está errado, quem estiver encobrindo ou não. Vamos supor: a CPI aponta um erro e a votação é favorável ao arquivamento ou sei lá, não passa pelo Plenário, aí sim, é um problema. Mas para se abrir uma CPI, eu não vejo problema nenhum, abrir uma CPI, abrir uma investigação. Qual é o problema nisso? Qual é o vereador que vê problema nisso? Eu não vejo problema nenhum e que bom que a TV está transmitindo isso, que bom que a TV está transmitindo isso. E se eu fosse o representante da TV e estivesse tudo legal eu faria questão, eu seria o primeiro a fazer questão que fosse investigado. Se eu fosse Presidente da Casa, o meu voto ia ser o primeiro favorável a que se abrisse a CPI, para comprovar que não tem nada. É só isso. Obrigado”. O vereador Flávio de Almeida: “questão de ordem, Senhor Presidente”. Alguém da plateia se manifestou. O Senhor Presidente: “quero pedir novamente, por favor, o Plenário não pode manifestar, por favor. Quero repetir aqui que o problema da TV Banqueta já foi denunciado e está no Ministério Público. Por esse motivo, eu já adianto o meu voto, que eu sou contra. Quem solicitou a palavra? Vereador Flávio de Almeida”. O vereador Flávio de Almeida: “boa noite. Eu conversando com o vereador Gilson e a gente vendo a polêmica que deu na antessala, vou fazer um pedido; não é? Que a gente ganhe uma semana de prazo porque quando se discute o objeto a gente vê algumas dificuldades não é? No objeto. Então, eu gostaria de fazer o pedido, se fosse possível que a gente ganhasse uma semana de prazo para que cada vereador possa, realmente, estar olhando o objeto, estar estudando de perto. Como eu já estou aqui há bastante tempo; não é? A gente vê que quando alguns vereadores travam os seus combates; não é? Que são pessoais, um passa a bater no outro verbalmente. O tempo inteiro a gente tem visto isso na Casa. Ela atinge toda a Casa, atinge todo o Poder. Hoje



nós perdemos quase quarenta minutos com as pessoas aqui sentadas assistindo isso. Aí eu gostaria se o vereador permitisse, que a gente ganhasse essa semana de prazo para que a gente possa estar, realmente, cada um de nós; não é? Nos seus gabinetes, estudando o pedido, eu acho que seria até uma forma mais justa com cada um de nós. O pedido do vereador é justo, é de direito”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “vereador Flávio”. O vereador Flávio de Almeida: “só que nós hoje...”. O vereador Gilson Antônio Marques: “me concede um aparte, vereador?”. O vereador Flávio de Almeida: “só que eu acho que hoje boa parte da Casa está receoso e duvidoso sobre esse procedimento. Vou conceder um aparte ao vereador Gilson, depois eu continuo”. O vereador Gilson Antônio Marques: “eu só quero alinhar com o discurso do vereador Flávio, eu também acho que a gente deveria prorrogar essa questão para mais uma semana, até porque o custo dessa CPI não é barato. Nós acabamos de passar por uma CPI que custou quase meio milhão de reais para esta Casa, é um absurdo o custo de uma CPI. É desconhecido por este vereador o inteiro teor do contrato, então, eu aproveito para, caso o vereador aceite a proposta do vereador Flávio comungada com a minha, que o Presidente da Mesa Diretora desta Casa nos envie uma cópia deste contrato para que a gente possa estudar com mais afinco e que na próxima semana a gente tenha um parecer mais tranquilo da abertura ou não dessa CPI. Se isso não acontecer, eu já adianto que vou me abster do voto, da votação. Eu não vou votar nem a favor da CPI e nem contra, por desconhecer o contrato na íntegra. Quero também, Senhor Presidente, salientar e mais uma vez mostrar ao Senhor diante do público que é preciso ponderar as questões nesta Casa, de afronta aos demais vereadores. Muitas questões aqui acontecem no impulso, na explosão, parece que o Senhor é movido à gasolina, não é possível um negócio desses. A querosene; não é? Porque querosene explode mais que gasolina. Eu



pedi o Senhor ali atrás que... Muitas coisas a gente tem que relevar, tem que estudar com calma, tem que ver o que acontece. Vê aí o que os jornais fizeram comigo esses dias para trás aí. Fui cassado, fui derrotado, fui isso, fui aquilo, e estou aqui no Plenário. Por que? Porque não me acharam, porque não tem o que achar. Mas o Senhor viu eu revidar alguém alguma coisa? Falaram A, falaram B, falaram Z. Eu não tenho que prestar contas a fofocas, eu tenho que prestar conta à sociedade que acreditou em mim, e essa, com certeza, acredita no meu trabalho, confia nas coisas que eu venho desenvolvendo. Então, o que deu? A justiça; não é? Com todos os processos... Os procedimentos que aconteceram aí, eu estou aqui; não é? Aguardando um posicionamento que, acho que com certeza, não ocorrerá contrário do que está acontecendo. Então, o Senhor precisa... Por exemplo, o Senhor acabou de ofender ao vereador desnecessariamente quando o Senhor fala de uma pessoa que está lá fora da Casa e atribui ao vereador o título de bandido em off, dizendo que quem anda com esse cara bandido é, quer dizer, para quem sabe ler um pingão é letra, apesar de o Senhor não ter dito nome, o Senhor insinuou claramente, todos os vereadores aqui assistiram, o público presente assistiu, essas coisas têm que acabar aqui dentro. Eu já disse aqui há um tempo atrás, a gente entra nessa Câmara... Eu, entregar o meu mandato, eu não entrego não, se quiser, vão ter que tirar, só mudando de foco um pouquinho; tá? Porque eu ganhei na urna, não vou entregar não. Eu ganhei, é legítimo o meu mandato. Agora, eu sinceramente penso com muito carinho se disputarei uma nova eleição, porque bater enxada é muito mais leve do que ser vereador numa casa dessas. Você entra por aquela porta ali, é a mesma coisa o boi quando vai para o matadouro, já entra arrepiado, vai morrer nesse trem aí qualquer hora. Então, tem que parar com isso, tem que ponderar mais as falas. Essas ofensas, elas são desnecessárias aqui dentro. E, com certeza, é o que



o vereador Flávio falou, vira um ringue de ações pessoais e a população, que nada tem a ver com isso, perde mais uma vez em torno de mais de uma hora, até findar essa discussão aqui, vai passar de uma hora de perda no andamento da nossa reunião. Então, isso precisa parar, para a gente ver se a gente consegue otimizar o nosso prazo em favor da nossa cidade e não em prol das nossas rixas pessoais. Com todo respeito a Vossa Excelência, deixo isso aí mais a título de conselho. Obrigado”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “eu vou...”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “só um pouquinho, Senhor Presidente”. O vereador Flávio de Almeida: “eu não terminei não”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “é porque o senhor me cedeu um aparte”. O Senhor Presidente: “eu gostaria de solicitar...”. O vereador Flávio de Almeida: “é só para a gente terminar”. O Senhor Presidente: “ao vereador Gilson Marques que lesse esse jornal aqui. É só eu que tenho que fazer a minha parte?”. O vereador Gilson Antônio Marques: “o Senhor citou o meu nome, então, o senhor me dê o direito de falar”. O vereador Flávio de Almeida: “gente, só um pouquinho. É só porque, senão, eu não consigo terminar”. O Senhor Presidente: “sim”. O vereador Flávio de Almeida: “porque eu estava com a palavra”. O Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Flávio de Almeida”. O vereador Flávio de Almeida: “eu vou só conceder um aparte ao Silvânio porque está dentro do assunto, só um minuto”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “senhor vereador, é justamente isso. O vereador Gilson disse coisas muito semelhantes ao o que eu queria dizer, mas eu queria alertar o seguinte, mais uma vez dentro do que o senhor colocou, vereador Gilson, eu acho ponderado, extremamente ponderado, racional, que nós possamos deixar esse assunto para uma próxima semana e fazer uma discussão interna aqui. E aí eu quero lembrar que foi uma das primeiras coisas que eu propus aqui, foi justamente isso, ou seja, nós fomos





lá para dentro, discutimos mais de quarenta minutos, viemos aqui, essa discussão continua, o povo esperando por uma ação que a gente podia, lá atrás falar assim: ‘não, está beleza, vamos esperar semana que vem ou então não, vamos votar e pronto’. Eu só gostaria e aí, dentro da fala do senhor, o senhor me perdoa, é que o vereador José Guedes fizesse a consulta ao Plenário, porque é lógico, ele vai fazer uma consulta ao Plenário, primeiro que foi pedido, não é? Dentro do questionamento do vereador André, mas é evidente que o Plenário também pode ser consultado na possibilidade de a gente fazer essa votação na semana seguinte. Muito obrigado, vereador Flávio”. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem, eu fui citado”. O Senhor Presidente: “um momento”. O vereador Flávio de Almeida: “gente, é só para mim terminar”. O vereador Gilson Antônio Marques: “eu fui citado”. O Senhor Presidente: “sim, um momento. O vereador Flávio, pelo o que eu entendi, ele fez uma solicitação direta para o vereador André Vieira para que fosse estudado durante a semana; não é isso, vereador?”. O vereador Flávio de Almeida: “isso. É porque... Gente, é o seguinte, só tem um vereador aqui sentado hoje que tem a capacidade e condição legítima, através do Regimento desta Casa, de retirar o pedido, só o vereador Pastor André. Nenhum de nós tem condições de tirar o pedido, nem sequer o Presidente da Casa tem condições nesse momento mais de retirar esse pedido. É um pedido oficial, no direito dele, então, é só ele. Então, vereador, é até um assunto para a gente ganhar uma semana mesmo, a gente está até suplicando mesmo, só para a gente ganhar e a gente ter uma discussão legítima”. O vereador Gilson Antônio Marques: “antes da resposta...”. O vereador Flávio de Almeida: “então, vereador, o pedido é direto ao senhor, viu? É só o senhor que tem a possibilidade de retirar ou não. Obrigado”. O vereador Gilson Antônio Marques: “antes da resposta do vereador, eu pedi questão de ordem porque eu fui citado”. O Senhor Presidente:



“questão de ordem, vereador Gilson Marques”. O vereador Gilson Antônio Marques: “o Senhor me mostra o jornal e me pede para ler. Eu já li o jornal e em cima da leitura que fiz, eu fiz uma recomendação ao Senhor ali hoje na antessala: ‘Senhor Presidente, finja que não viu, passa por cima disso’. Sabe? Eu passei por cima aí, outro dia o cara fez um jornal aí, colocando opiniões dos vereadores quanto à reforma da Casa, que eu aproveitei para dizer que sou contrário, e na minha foto ele colocou assim, o meu suplente e disse assim: ainda não assumiu. Quer falta de respeito maior do que essa? Mas ele merece o meu crédito? Para que eu vou ficar rebatendo ele? Tem justiça aí para isso, já está lá, resolve para lá. Então, essas coisas pessoais não podem vir aqui para dentro, Senhor Presidente. É só essa colocação, eu já li o jornal. E continuo com a minha opinião que o senhor tem que passar por cima”. O Senhor Presidente: “vereador Gilson, quando está no campo político é uma coisa. O senhor é minha testemunha. Quando partem para o pessoal, a gente não tem sangue de barata não. Então, estão me atacando pessoalmente, me ofendendo há muito tempo, pessoalmente. Eu não mexo com a vida de ninguém e não permito que mexam com a minha vida particular. O senhor é testemunha. Eu até agradeço ao senhor, muito obrigado, o senhor sabe de quem eu estou falando”. O vereador Gilson Antônio Marques: “mais uma vez, eu fui citado, é só trinta segundos, eu não quero mais atrasar a reunião não. Só para dizer ao Senhor... Em cima da citação do Senhor, que virou pessoal, é que eu queria dizer: quando é pessoal é que não deve mesmo ser trazido para o Plenário. Resolvam lá na rua, pega na porrada, vai para a polícia, resolve onde for, mas aqui dentro, pessoal não pode não. Essa Casa é uma Casa de Leis, é uma Casa de público. Não se pode resolver as coisas pessoais aqui dentro. Isso aqui é um Plenário, não uma rinha de galo”. O Senhor Presidente: “senhor Flávio de Almeida, o senhor fez a solicitação”. O vereador Flávio de Almeida: “é, eu fiz uma



solicitação diretamente ao vereador André, que é o único que tem o poder de decisão nesse momento. É só para a gente ganhar uma semana para que a gente possa estudar”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “Senhor Presidente, pela ordem. Boa noite a todos. Eu gostaria também de acompanhar os três nobres vereadores, o soldado Flávio, o vereador Gilson e o Silvânio Aguiar. E solicitar ao senhor, vereador pastor André, que durante essa semana nós avaliássemos melhor esse contrato, inclusive com a presença do senhor, inclusive com a presença do... Acho interessante também do presidente da Banqueta, que inclusive, o senhor apresentasse para nós essas denúncias, não é? E acompanhado pelo corpo jurídico da Casa, que acho que é um grupo muito competente. Hoje eu estaria sendo injusto se eu votasse, estaria sendo injusto com o Presidente desta Casa se eu estivesse votando a favor de abertura de uma CPI e estaria sendo injusto com o senhor se estivesse votando contra a abertura da CPI. Então, eu penso... Sou democrático, sou a favor sempre do diálogo, então eu solicito ao senhor que o senhor reflita um pouco, o senhor é pastor, tem esse dom, e tenhamos aí uma semana para tomarmos uma conclusão melhor para esse assunto. Muito obrigado”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “posso falar, Presidente?”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “posso falar, vereador?”. O Senhor Presidente: “com a palavra a vereadora Ângela Lima”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “vereador André, eu concordo com uma parte da fala do senhor quando o senhor diz: ‘quem não deve não teme’. Então, uma CPI realmente é para isso, é para fazer uma investigação a partir de uma denúncia; não é? Eu fui a favor da CPI da prefeitura, quando na CPI da prefeitura eu estava a favor de uma CPI na prefeitura, onde o prefeito era do meu partido. Onde um amigo...”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “a senhora era líder do governo”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “um amigo meu particular que, inclusive,



a CPI pediu ao prefeito para tirar o convênio dele, nas solicitações que fizeram à prefeitura, ao prefeito, pediram para tirar o convênio dele e eu votei a favor da CPI, porque CPI é prática de cada Casa quando tem uma irregularidade ou quando tem uma suposta irregularidade. Então, eu acho assim, sabe? A obrigação é nossa, enquanto Casa fiscalizadora, enquanto Casa que está aqui para zelar pelo dinheiro público, eu acho que isso aí é papel nosso, é papel nosso. Então, eu não vi, assim, estranheza nenhuma quando o senhor pede uma CPI, porque o senhor baseou numa notícia que saiu no jornal que foi ‘O Tempo’, o mesmo jornal que saiu a denúncia dos trinta milhões da prefeitura. Houve a investigação, levantaram-se alguns fatos verdadeiros, outros não. Foi sugerido ao prefeito que demitisse um secretário, a Câmara pediu para demitir um secretário e ele foi demitido, ele foi demitido. Então, eu vejo com a maior naturalidade, com a maior naturalidade esse pedido que o senhor fez de abertura de uma CPI porque foi um processo feito pela Câmara Municipal. E quando fala Câmara Municipal, não fala apenas José Geraldo Guedes. Quando fala...” O vereador André Luiz Vieira da Silva: “a matéria, inclusive, fala da Câmara”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “quando fala Câmara Municipal nos envolve a todos, apesar, apesar de o Presidente deixar bem claro para nós que a decisão soberana é dele, que ele não tem que ficar escutando vereador. Isso ele já falou em reuniões dentro da sala dele, ele já falou em reunião aqui conosco. Então, ele nos isenta, às vezes...”. O Senhor Presidente: “vou pedir a vereadora para falar na pauta”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “às vezes, ele nos...”. O Senhor Presidente: “a senhora está saindo da pauta, vereadora”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “ele, às vezes, nos isenta”. O Senhor Presidente: “a senhora está saindo da pauta”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “não estou saindo da pauta não”. O Senhor Presidente: “está, sim, senhora”. A



vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “ele, às vezes, nos isenta...”. O Senhor Presidente: “a senhora está saindo da pauta, está bom?”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “de estar participando das decisões que se tomam aqui na Casa, das decisões que se tomam aqui na Casa”. O Senhor Presidente: “a senhora me dá um aparte?”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “mas eu, vereador...”. O Senhor Presidente: “a senhora me dá um aparte, vereadora?”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “gostaria de dizer a você para o senhor, com todo o respeito que eu tenho pelo senhor, eu acho que a solicitação do vereador Silvânio, a solicitação do vereador Flávio, a solicitação do vereador Gilson, a solicitação do meu companheiro de partido, que eu tenho a maior honra de estar, hoje...”. O vereador Flávio de Almeida: “a maioria”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “no PSD, junto com o vereador Fausto Niquini, eu acho que o senhor devia pensar mesmo e aí nós vamos sentar e vamos analisar, sabe? Porque na hora que a gente for abrir e for analisar, se tiver mesmo irregularidade, aí nós temos que vim aqui e abrir uma CPI”. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem, Senhor Presidente”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “aí tem que vim aqui e abrir uma CPI. Então, eu pediria que o senhor analisasse com tranquilidade. Sou a favor dessas transmissões diretas porque, como diz o Presidente, fica sabendo quem é quem nessas transmissões; não é? Nós chegamos às casas das pessoas, eu acho que quem é quem. Mas eu fiquei muito triste hoje de ver aqui um companheiro passar pelo constrangimento que o senhor passou, vereador”. O Senhor Presidente: “eu não citei nome de vereador”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “eu me coloco no seu lugar...”. O Senhor Presidente: “vereadora”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “eu me coloco...”. O Senhor Presidente: “não põe mais fogo na lenha não”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “eu



me coloco no seu lugar”. O Senhor Presidente: “que eu não citei nome de vereador nenhum”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “eu me coloco no seu lugar, vereador, porque eu também já passei por esse constrangimento aqui na Casa e eu sei o que é isso, eu sei o que é isso; certo? Eu acho que...”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “a senhora me concede um aparte?”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “eu acho que problemas com ex-funcionário da Casa que se resolva lá fora, que se resolva ali naquela casa ali do lado, quantas vezes aqui é falado: ‘ué, se falou de mim eu vou naquela casa ali, ali, é só atravessar a rua ali e vou lá e denuncio’. É isso que eu tenho que fazer se está falando mal de mim e se eu me senti que, realmente, eu estou injustiçado. E agora aquilo que... Jornal é isso mesmo, jornal é isso mesmo. Nós temos que estar realmente... Mas eu vou pedir para o senhor para a gente ponderar; certo? E deixar...”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “a senhora me concede um aparte?”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “para semana que vem; está certo?”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “só deixar claro aqui que ninguém, mas ninguém, nenhum vereador nessa Casa apanhou mais de jornal do que eu, nenhum, principalmente quando, na oportunidade do acordo coletivo eu fui contra, em 2014, e a Casa lotada, meu nome foi para a boca do sapo. Fizeram de tudo, em todos os jornais, com o meu nome e eu nunca... Eu nunca nem recorri ali, senhora Ângela, nunca nem recorri porque eu sei que a mentira, também como mamãe dizia, tem perna curta. E a verdade pode demorar um tempo, dois tempos, ela vai acabar sempre prevalecendo porque a verdade sempre aparece. Então, o tempo acabou mostrando que naquela questão nós estávamos certos e muita gente veio até me pedir desculpa por ter me xingado. Agora, com relação a esse processo, a forma como está sendo colocado aqui, eu quero dizer que eu respeito muito, não quero colocar ninguém em saia justa aqui,



mas eu acho que não é legal com a população não, eu acho que não é. Eu volto a frisar, o mesmo tratamento que foi dado à questão da denúncia na CPI e eu volto a frisar, não fui eu que fiz a denúncia, eu estou repetindo o rito que foi feito com a denúncia do desvio dos trinta milhões. Existe uma denúncia com uma irregularidade numa contratação de trinta e nove milhões, de trinta e nove mil mensais, mensais. Então, é só apurar. Eu respeito, mas eu quero que se coloque em votação, por que? Porque ficar para a semana que vem, sabe o que vai acontecer? Não vai dar em nada. Então, se é para não dar em nada. Talvez, eu sei que eu vou ser voto vencido aqui, ninguém vai querer investigar, não tem problema nenhum, amanhã mesmo eu estou lá no Ministério Público, sem problema nenhum, se vocês não quiserem investigar, a gente vai investigar por outros meios. Mas eu não posso ficar levando uma culpa aí de uma coisa que eu nem participei; entendeu? Como a senhora mesmo disse, está falando que é a Câmara que fez, o tempo todo está isso aí na rua, falando disso, então... Inclusive, não tem nada a ver com o jornal, o jornal é só processar. Não está satisfeito com o jornal, vai lá e processa. No dia que... A Banqueta mesmo faz jogo aqui comigo, desde que começou aqui a discussão, desde que começou essa discussão, eu sou o ator principal ali, estou parecendo Moisés nos Dez Mandamentos. Eu sou o ator principal, a câmara me segue para lá e para cá, desde que começou, têm dez vereadores, ela não tira o foco. Quem está em casa está vendo isso. Porque eu recebo aqui também no meu celular a comunicação. Então, perseguição de TV, de rádio, de imprensa, isso é normal, isso é normal, é a coisa mais natural do mundo. Então, se é para abortar, então, que aborte logo agora e aí resolve o problema. Se vai votar contra, não abre a CPI, não se investiga nada e fica tudo certo, mas vai ser colocado em votação”. O vereador Gilson Antônio Marques: “Senhor Presidente, eu pedi questão de ordem”. O vereador Fausto Niquini:



“o senhor me dá um aparte, vereador?”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “com certeza”. O Senhor Presidente: “vou dar o aparte”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “a palavra está com ela lá”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “a palavra está comigo. Vereador, eu solicitei isso do senhor, mas eu vou dar meu voto também; certo? Eu sou a favor da abertura da CPI”. O Senhor Presidente: “eu quero dizer que estão dizendo aí na Câmara que a Câmara é que foi atacada. Não é verdade. ‘Repercute em todo o estado escândalo envolvendo o Presidente da Câmara e televisão de Nova Lima’. Então, está atacando diretamente a mim. Eu que assinei o contrato. Volto a dizer que eu não estou temendo nada, simplesmente foi solicitado por vários vereadores que adiasse para semana que vem. Então, eu vou colocar em votação e não vou alongar mais não”. O vereador Gilson Antônio Marques: “eu pedi questão de ordem, antes de o Senhor colocar em votação”. O Senhor Presidente: “não vamos falar mais disso não. Depois da votação o senhor terá a palavra, já está alongando demais, o senhor sabe que eu sou democrático aqui, as pessoas... Os vereadores muitas das vezes falam fora do tema, eu escuto e dou a palavra para todos, eu não tenho pressa de ir embora para casa não. Eu farei a...”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, questão de ordem. É porque eu acho que o vereador Gilson tem uma coisa pertinente sobre o assunto. Pode, às vezes, ajudar”. O Senhor Presidente: “seja breve então, vereador”. O vereador Gilson Antônio Marques: “só quero fazer um parênteses na fala da vereadora Ângela quando ela diz que o procedimento é o mesmo da prefeitura. Não é não. A prefeitura, a acusação era de um desvio de trinta milhões de reais, onde envolvia ‘n’ processos. , a CPI, somente uma CPI teria acesso a tamanho número de documentações que foram exigidas para chegar ao resultado que chegou. Aqui nós estamos falando de um processo, um processo desconhecido, ratifico, por a maioria





desses vereadores aqui presentes, desconhecido na íntegra o teor desse processo, vale lembrar. Vereador, apesar de o senhor já ter se posicionado, eu reforço o pedido que reconsidere para semana que vem. Nós não estamos falando que não vamos votar a CPI. Acho que a vereadora foi muito feliz quando ela fala que a CPI precisa existir, mas não dessa forma, desconhecendo o projeto. A gente pode atirar no pé, vamos conhecer o projeto não, o contrato; certo? Primeiro, vamos ler o contrato com atenção, dar a devida atenção que merece para que a gente não entre em pilha, porque eu mesmo fui procurado por dois cidadãos dessa cidade fomentando essa denúncia. E eu disse a ele assim: ‘tudo bem, eu faço a denúncia, não tem problema nenhum’. Ele disse: ‘mas não diga que fui eu que disse’. Espere aí, ele é cidadão, ele tem acesso ao Ministério Público, ele tira o chicote das costas dele e coloca na minha só porque eu sou vereador? Não. Tem que ter fundamento. Então, eu só estou pedindo isso; tá?”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “é que nós somos fiscalizadores, não é?”. O vereador Gilson Antônio Marques: “só isso que eu estou pedindo. Se não acontecer, a prerrogativa é do senhor”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “vereador”. O Senhor Presidente: “coloco em votação...”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “deixa eu só responder ele”. O Senhor Presidente: “coloco em votação a solicitação do vereador André Vieira. Eu farei a votação nominal. Os vereadores que concordarem com a CPI... Os vereadores que concordarem com a CPI...”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “se é nominal, cada um diga se concorda ou não concorda”. O Senhor Presidente: “terá que fazer o seu manifesto de pé. Eu vou iniciar por mim. O vereador que estiver a favor da CPI, a favor, permaneçam como estão. Eu sou contra”. O vereador Flávio de Almeida: “eu vou me abster”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “vamos fazer a votação nominal; não é isso, Presidente? Então o próximo...”. O Senhor Presidente: “o meu voto já está... Pode



seguir aí”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “então, o próximo voto seria o meu e eu faço a votação nominal. Eu quero justificar, é lógico e evidente, eu penso, vereador André, que não se trata de não querer investigar, eu acho que tem sim a vontade, a necessidade da investigação e eu acredito nos órgãos que estão fazendo essa investigação. Penso que nós não deveremos e não deveríamos fazer isso num momento... No calor do momento, então, o meu voto é contra a... Você quer que passa a votação assim? Tá. O meu voto é contra a CPI e não contra a investigação, de forma alguma, de forma alguma. Se amanhã o Ministério Público trazer aqui uma investigação séria ou se esta Casa mesmo trazer para a gente aqui essas informações que são necessárias para que a gente apure isso e que, de fato e de verdade, tenham lá irregularidades sérias, eu sou a favor da CPI sim. Até então, eu penso que isso aqui, eu não quero fazer virar, de maneira nenhuma, um teatro, nem um palco porque...”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “eu quero manifestar o meu voto também”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “sim, o senhor vai poder...”. O Senhor Presidente: “na hora do senhor”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “eu vou ficar por último para votar; não é?”. O Senhor Presidente: “está seguindo a ordem. Vereador Gilson Marques”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “vereador Gilson Marques”. O vereador Gilson Antônio Marques: “eu vou me abster do voto parafraseando parte da fala do senhor, não porque não concordo com a investigação, porque não concordo com o modo que ela está sendo impetrada na Casa. E aproveitar, dentro dessa justificativa, para pedir ao Ministério Público para que agilize as denúncias que lá estão, só minhas têm três denúncias lá e até hoje nada aconteceu”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “para seu voto e manifestação, vereador Flávio de Almeida”. O vereador Flávio de Almeida: “vou me abster”. O Senhor Presidente: “próximo voto”. O vereador Silvânio Aguiar Silva:



“próximo voto e manifestação, vereador Alessandro Luiz Bonifácio”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “meu voto é contra a CPI”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “vereadora Maria Ângela Dias Lima”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “pela minha coerência eu voto a favor da CPI”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “vereador Fausto Niquini”. O vereador Fausto Niquini: “a CPI não pode ser uma ferramenta política de intimidação à A ou B. Eu vejo que há uma tendência para uma questão pessoal e, como eu disse, eu estaria sendo injusto votando contra um... Contra a abertura ou contra a não abertura da CPI e conclamo que nós deveríamos, realmente, fazer uma reunião para passarmos esse assunto a limpo”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “seu voto e manifestação, vereador...”. O Senhor Presidente: “seu voto, vereador”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “ele já votou”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “ele não votou não”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “perdão, não votou não?”. O vereador Fausto Niquini: “eu vou me abster. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “então, como era previsto...”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “vereador André Vieira”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “como era previsto...”. O vereador Fausto Niquini: “não tenho conhecimento do assunto e uma vez que já teve... Até tive informação que já tem duas denúncias no Ministério Público em relação à TV Banqueta. Então, eu acho que seria muito justo e eu gostaria, realmente, que vocês parassem para pensar, acho que seria muito interessante. Já tem duas denúncias, seria muito justo que nós sentássemos, o pastor André apresentasse essas novas denúncias, de repente, são até as mesmas denúncias que já estão lá no Ministério Público; está certo? Então, eu vou me abster”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “olha, como já era previsto... Eu vou me manifestar porque todo mundo se manifestou antes de votar, então vou me manifestar também antes de apresentar meu voto”. O



Senhor Presidente: “o voto do senhor”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “vou votar. Como já era previsto, eu fui voto vencido. Só deixar claro que a sugestão que eu recebi era para que se fizesse uma investigação em off. É uma CPI sem ela ser aberta, porque se nós nos reunirmos, pegarmos documentos, chamarmos o presidente da emissora, da associação e os funcionários da Casa que foram responsáveis pelo contrato, fizeram... O que nós vamos estar fazendo? Uma CPI. Então, por essa incoerência... Nós vamos estar investigando. Se a gente faz isso e apura alguma coisa, não tem mais que abrir CPI. Não tem mais que abrir CPI porque você já apurou. É só... A gente não tem... Não precisa nem notificar o Ministério Público, é só tomar as decisões, que esta Casa tem poder de tomar decisão sobre ela mesma se houver irregularidade. Esta Casa tem o poder de tomar decisão sobre ela mesma independente... Aqui é um poder independente, independente do judiciário. O judiciário é um poder, o executivo é outro e essa Casa é um poder independente. Então, ela tem o poder de investigar a si mesma e de punir os responsáveis. Então, se uma... O procurador aqui, agora na reunião, falou que o resultado de uma CPI é encaminhado para o Ministério Público. Realmente, mas na Casa o resultado da CPI gera uma atitude da própria Casa porque a Casa tem o poder de independência, de tomar as decisões e punir. Por exemplo, foi denunciado lá o desvio de trinta milhões, até agora não deu nada; por que? Justamente porque foi encaminhado para o Ministério Público. Se a CPI da Casa investigar e encontrar uma irregularidade, ela não precisa esperar pelo Ministério Público, ela não precisa esperar pelo poder judiciário, não precisa esperar pela polícia civil, não precisa esperar por nada, ela mesma pode tomar a decisão e punir os responsáveis, até com a expulsão do mandato. Ela tem esse poder, a Casa tem esse poder. Então, eu voto a favor da CPI”. O Senhor Presidente: “quero dizer que contra a... Não contra a entrada da CPI. Eu anotei na



antessala e durante essa discussão, os vereadores não foram contra, eles pediram para que fosse adiado”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “não, os vereadores votaram contra, a votação foi isso”. O Senhor Presidente: “então, três votos contra, abstiveram três, dois a favor. Portanto, será arquivada”. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura das proposições que deram entrada na Casa: 1) Projeto de Lei nº 1.580/2016, autoria do vereador Silvânio Aguiar Silva, que “Dispõe sobre a criação do Dia Municipal do Agente Comunitário de Saúde e do Dia Municipal do Agente de Combate às Endemias, e dá outras providências”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, antes disso, se me permite, eu quero cumprimentar o ex-deputado federal Dr. Grilo...”. O Senhor Presidente: “permito, com a palavra o senhor”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “perdão. Presidente do Diretório Municipal do Partido Solidariedade de Belo Horizonte e tesoureiro do Diretório Estadual do Partido Solidariedade. Quero cumprimentar também o senhor Luidy Perez, Presidente Municipal do Solidariedade Jovem de Nova Lima. Cumprimentar o Thiago Molica, assessor especial do deputado Zé Silva e a todos os filiados ao Solidariedade aqui hoje, que eu agradeço muito pela presença mais uma vez”. O Senhor Secretário proferiu leitura do supracitado projeto que, em seguida, foi encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. 2) Projeto de Lei nº 1.581/2016, autoria do vereador Gilson Antônio Marques, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de licenciamento e emplacamento de veículos prestadores de serviços no âmbito do Município de Nova Lima, e dá outras providências”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. 3) Projeto de Decreto Legislativo nº 326/2016, autoria do vereador Gilson Antônio Marques, que “Concede o Título de Cidadão Honorário de Nova Lima ao Sr. Otacílio Corrêa”. Encaminhado à Comissão



Especial, nomeada pelo Senhor Presidente, composta pelos vereadores Flávio de Almeida, Fausto Niquini Ferreira e Alessandro Luiz Bonifácio, para emissão de parecer. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou a leitura: 1) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.571/2016, autoria do vereador José Guedes, que “Altera o Anexo V da Lei nº 2.506, de 27/05/2015 e dá outras providências”. O Senhor Secretário informou que o supracitado parecer não tem a assinatura do vereador André Luiz Vieira da Silva. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais. 2) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.575/2016, autoria do vereador Silvânio Aguiar Silva, que “Institui no Município de Nova Lima a Semana Municipal de Conscientização e Prevenção à Endometriose e Infertilidade, e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. 3) Parecer Conjunto das Comissões de Legislação e Justiça; Serviços Públicos Municipais; Orçamento, Finanças e Tomada de Contas referente ao Projeto de Lei nº 1.576/2016, autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre a criação e denominação do Centro de Educação Infantil indicado e dá outras providências” – Centro de Educação Infantil Dr. Cássio Magnani. No final da leitura do parecer, o vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “perdão...”. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem, Senhor Presidente”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “não, eu não terminei ainda, pessoal”. O Senhor Secretário encerrou a leitura do parecer. As comissões emitiram parecer favorável à tramitação do projeto. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem, Senhor Presidente. Bom, todos os quatro pareceres foram em conjunto: do 1.576 até o 1.579. Eu gostaria de solicitar à Vossa Excelência que



consultasse o Plenário, pós lidos os demais pareceres, que o Senhor consultasse o Plenário para que fosse colocado em votação, primeira e segunda votação ainda nesta noite”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “faço o mesmo pedido, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “o senhor gostaria de se manifestar, vereador?”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, quero sim. O projeto de minha autoria, de Vossa Excelência e do vereador Alessandro Bonifácio, eu gostaria que deixasse para a próxima semana, por gentileza, se o vereador Gilson concordar. Depois eu explico os motivos. É só um projeto; viu, vereador? Só um; viu? Só o 1.579”. O Senhor Presidente: “consulto o vereador Gilson Marques sobre a solicitação do vereador Flávio de Almeida. Com a palavra o vereador Gilson Marques”. O vereador Gilson Antônio Marques: “eu entendo que uma vez pedido aqui, o Senhor tem que consultar o Plenário. Se o Plenário apoiar o meu pedido, ele entra e o vereador Flávio peça vista no 1.579 e jogue para a semana que vem, concordo tranquilamente. Acho louvável”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, eu até tentei ser...”. O Senhor Presidente: “vereador, eu não estou cortando o senhor não, mas é exatamente o que eu ia solicitar ao senhor, se o senhor interessar, o senhor pedir vista nesse projeto. Com a palavra o vereador Flávio de Almeida”. O vereador Flávio de Almeida: “tá, eu peço, peço sim, mas... Só entendimento por que...”. O Senhor Presidente: “os vereadores que concordam...”. O vereador Flávio de Almeida: “eu sou autor do projeto”. O Senhor Presidente: “os vereadores que concordam com a solicitação do vereador Flávio de Almeida permaneçam...”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “o projeto é seu?”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, questão de ordem”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “o projeto é dele”. O vereador Flávio de Almeida: “é porque o... Não, é só para mim...”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “você pode pedir



vista no seu projeto?”. O vereador Flávio de Almeida: “não é não. É porque o... Eu só estou sendo gentil mesmo porque o projeto é de minha autoria, do vereador...”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “nossa”. O vereador Flávio de Almeida: “é, nossa autoria, é por isso. É só questão de gentileza mesmo”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “só estamos querendo tirar ele de pauta, para a outra semana”. O vereador Flávio de Almeida: “ah? É isso aí. Para a próxima semana; entendeu?”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “o 1.579”. O Senhor Presidente: “os vereadores que concordam com a solicitação do vereador Flávio de Almeida permaneçam como estão. Cedida, concedida a vista”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “a vista ou a retirada do projeto?”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “ele não pediu vista não”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “é retirada; não é?”. O vereador Flávio de Almeida: “eu pedi foi uma gentileza do vereador”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “para não pedir dispensa de interstícios e pareceres...?”. O Senhor Presidente: “ele pediu vista no projeto, não é isso vereador?”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “para não colocar para votação”. O vereador Flávio de Almeida: “não, porque não está ainda...”. O Senhor Presidente: “mas o senhor vai pedir vista?”. O vereador Flávio de Almeida: “eu vou pedir assim que for...”. O Senhor Presidente: “sim senhor”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, mas o Senhor vai colocar em votação?”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “na hora que ele colocar em votação, vereador Flávio...”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “eu entendo que o vereador não pode pedir vista no próprio projeto dele não. Então, eu vou pedir vista no projeto”. O vereador Flávio de Almeida: “mas eu não vou pedir vista não”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “eu peço vista no projeto”. O vereador Flávio de Almeida: “eu pedi foi uma gentileza do vereador”. O vereador André Luiz Vieira da





Silva: “se o projeto é seu, não precisa você...”. O vereador Flávio de Almeida: “é”.

4) Parecer Conjunto das Comissões de Legislação e Justiça; Serviços Públicos Municipais; Orçamento, Finanças e Tomada de Contas referente ao Projeto de Lei nº 1.577/2016, autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre a criação e denominação do Centro de Educação Infantil indicado e dá outras providências” – Centro de Educação Infantil Maria da Conceição Taveira Corrêa. As comissões emitiram parecer favorável à tramitação do projeto. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente. É só para tirar uma dúvida. Na verdade, o pedido do vereador Gilson e que eu também fiz, esses projetos serão votados hoje e somente o projeto do vereador Flávio... Em conjunto, do Flávio que não”. O Senhor Presidente: “sim, sim”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “é isso mesmo; não é? Ok, bacana”.

5) Parecer Conjunto das Comissões de Legislação e Justiça; Serviços Públicos Municipais; Orçamento, Finanças e Tomada de Contas referente ao Projeto de Lei nº 1.578/2016, autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre a criação e denominação do Centro de Educação Infantil indicado e dá outras providências” – Centro de Educação Infantil Menino Jesus. As comissões emitiram parecer favorável à tramitação do projeto. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem, Senhor Presidente. Eu quero me desculpar com a Casa e também com os nossos assistentes, eu cometi um equívoco aqui no Projeto 1.579, ele é de autoria do vereador Flávio de Almeida. Então, eu queria retirar ele do pedido para entrar em votação hoje e que o Senhor consultasse do 1.576, 1.577 e o 1.578”. O Senhor Presidente: “coloco em votação a solicitação do vereador Flávio de Almeida, Projeto de Lei nº 1.579...”. O vereador Flávio de Almeida: “Gilson, é pedido do Gilson”. O Senhor Presidente: “o senhor pediu primeiro e passou para o vereador Gilson Marques pelo fato de o senhor ser autor do projeto. Consulto o Plenário sobre a



solicitação do Projeto 1.579/2016, sobre a vista. Os vereadores... Eu estou colocando, o vereador pediu a vista; não é isso, vereador? 1.579”. O vereador Gilson Antônio Marques: “Senhor Presidente, me dá um minuto que eu vou explicar ao Senhor”. O Senhor Presidente: “não... Um momento, um momento. Deixa eu falar com o senhor: o senhor... O vereador Flávio pediu vista no Projeto de Lei nº 1.579/2016”. O vereador Gilson Antônio Marques: “não, Senhor Presidente, se o Senhor me deixar falar, fica mais barato para todo mundo”. O Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Gilson Marques”. O vereador Gilson Antônio Marques: “eu fiz uma confusão aqui e pedi dispensa... Eu pedi para que entrasse na segunda parte, para votação de primeira e segunda votação o Projeto de 1.576 a 1.579, por ter assinado os pareceres em conjunto. Então, não há mais comissão para que eles tramitem. Depois eu percebi que eu cometi um equívoco, pois o 1.579 é pertencente, o autor dele é o vereador Flávio de Almeida. Segundo o nosso Regimento, somente ele pode pedir para que entre em votação porque o projeto é dele”. O Senhor Projeto: “o projeto é meu”. O vereador Gilson Antônio Marques: “é dele”. O Senhor Presidente: “do vereador Flávio e do vereador Alessandro Bonifácio”. O vereador Gilson Antônio Marques: “sim. Um de vocês três pode pedir, eu não posso pedir. Eu me retratei com a Casa, pedi que tirasse ele da minha solicitação e que colocasse apenas o 1.576, 1.577 e 1.578 para entrar na votação de hoje, primeira e segunda parte, esquecendo o pedido de vista do vereador Flávio, não cabe vista nesse projeto por parte do autor. Somente isso”. O Senhor Presidente: “consulto o Plenário e coloco em votação a dispensa de interstícios e votação na segunda parte da reunião dos Projetos de Lei 1.576/2016, 1.577 e 1.578”. O vereador Gilson Antônio Marques: “exatamente, é isso aí”. O Senhor Presidente: “em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, oito votos”. O vereador Gilson Antônio



Marques: “obrigado”. O Senhor Presidente: “solicito ao Senhor Secretário a leitura do Parecer Conjunto das Comissões de Serviços Públicos Municipais, do Projeto 1.579. Consulto o Plenário se está de acordo com a solicitação do vereador Flávio de Almeida”. O vereador Flávio de Almeida: “não, já foi feito já. Já foi feito já, só o parecer. Já foi feito, é só o parecer”. 6) Parecer Conjunto das Comissões de Legislação e Justiça; Serviços Públicos Municipais; Orçamento, Finanças e Tomada de Contas referente ao Projeto de Lei nº 1.579/2016, autoria dos vereadores Flávio de Almeida, Alessandro Luiz Bonifácio e José Guedes, que “Dispõe sobre os serviços de transporte coletivo escolar particular e dá outras providências”. O Senhor Secretário informou que o supracitado parecer não tem a assinatura do vereador Nélio Aurélio de Souza. As comissões emitiram parecer favorável à tramitação do projeto. Dando continuidade, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação: 1) O Senhor Presidente: “por deliberação Plenária, coloco o Projeto de Lei 1.576/2016 em primeira votação, em discussão. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Oito votos favoráveis. Por deliberação Plenária, coloco o Projeto de Lei 1.576/2016 em sua segunda e última votação, em discussão. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, oito votos. Encaminho o Projeto de Lei à sanção”. 2) O Senhor Presidente: “por deliberação Plenária, coloco o Projeto de Lei 1.577/2016 em sua primeira votação, em discussão. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, oito votos. Por deliberação Plenária, coloco o Projeto de Lei 1.577/2016 em sua segunda e última votação, em discussão. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, oito votos. Encaminho o Projeto de Lei 1.577/2016 à sanção”. 3) O Senhor Presidente: “por deliberação Plenária, coloco o Projeto de Lei 1.578/2016 em sua primeira votação, em



discussão. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, oito votos. Por deliberação Plenária, coloco o Projeto de Lei 1.578/2016 em sua segunda votação, em discussão. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, oito votos. Encaminho o Projeto de Lei 1.578/2016 à sanção”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente. Eu quero agradecer a todos os vereadores, tenho certeza que nesse momento a vereadora Ângela está comemorando, pois a Câmara Municipal de Nova Lima acaba de acertar aqui um grave erro do passado com a criação dessas unidades; não é? Então, eu agradeço a todos os vereadores, e acredito que também todos os profissionais da educação têm agora essa satisfação de saber que esse projeto foi aprovado e que terão a tranquilidade de trabalhar em seus postos de trabalho com mais segurança e tranquilidade”. O Senhor Presidente: “eu gostaria de agradecer aos vereadores por terem votado por unanimidade e a Câmara corrigiu um erro do passado. Lógico que o ensino é tudo na vida”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “questão de ordem, Senhor Presidente. Realmente, Senhor Presidente, não é um erro do passado, é uma regulamentação de uma escola que foi desmembrada e que hoje ela está regularizada; não é? Então, ela não estava de uma maneira ilegal, ela não era ilegal porque ela tinha autorização para funcionar. Agora, além da autorização, ela está regulamentada. Então, parabenizar as diretoras das escolas que estiveram aqui para poder ter o seu projeto, realmente, aprovado. E obrigada a todos os vereadores; não é? Agradecer ao vereador Gilson que tomou a iniciativa de pedir hoje que se procedesse hoje a votação dos projetos”. O Senhor Presidente: “quero informar ao pessoal que reuniu comigo na semana passada que o projeto que vocês tanto reivindicam chegou na Casa, na próxima reunião nós vamos botar em andamento”.

4) Projeto de Decreto Legislativo nº 320/2016, autoria do vereador Flávio de Almeida,



que “Concede Título de Cidadã Honorária de Nova Lima a Sra. Wilma Santos Souza”. Em primeira e única votação, aprovado por oito votos e encaminhado à promulgação.

5) Projeto de Decreto Legislativo nº 321/2016, autoria do vereador Flávio de Almeida, que “Concede Título de Cidadão Honorário de Nova Lima ao Sr. Antônio Carlos Luiz”. Em primeira e única votação, aprovado por oito votos e encaminhado à promulgação.

6) Projeto de Decreto Legislativo nº 322/2016, autoria do vereador Flávio de Almeida, que “Concede Título de Cidadão Honorário de Nova Lima ao Sr. Francisco Lourenço Blanco”. Em primeira e única votação, aprovado por oito votos e encaminhado à promulgação.

7) Projeto de Decreto Legislativo nº 323/2016, autoria do vereador Flávio de Almeida, que “Concede Título de Cidadão Honorário de Nova Lima ao Sr. Luzmar Guimarães Rocha”. Em primeira e única votação, aprovado por oito votos e encaminhado à promulgação.

8) Projeto de Decreto Legislativo nº 324/2016, autoria do vereador Flávio de Almeida, que “Concede Título de Cidadã Honorária de Nova Lima a Sra. Renata Ribeiro Fagundes”. Em primeira e única votação, aprovado por oito votos e encaminhado à promulgação.

9) Projeto de Decreto Legislativo nº 325/2016, autoria do vereador Flávio de Almeida, que “Concede Título de Cidadão Honorário de Nova Lima ao Sr. Ronaldo Lisboa Barbosa”. Em primeira e única votação, aprovado por oito votos e encaminhado à promulgação.

O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, questão de ordem”. O Senhor Presidente: “questão de ordem, vereador Flávio de Almeida”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu também tenho uma questão de ordem. Obrigado”. O vereador Flávio de Almeida: “eu, respondendo à altura a um vereador da Casa e a dois moradores da cidade, para não perder o meu jeito, como todos dizem; não é? Sargentão, que não sei o que. Primeiro, eu tenho o maior prazer em ter servido às fileiras e ter reformado lá. Justificativa dos títulos, vejam bem, a senhora



Wilma Santos, vinte e cinco anos na nossa cidade, servindo a essa cidade e servindo de verdade, Diretora do Departamento de Trânsito. Quantos não passaram pela autoescola dela? Quantos ela não fez o favor de atender à pessoa que não podia pagar, gratuitamente, o que não tem mais nessa cidade. O senhor Antônio Carlos Luiz, inspetor da cidade há quantos anos? Trabalha na nossa delegacia de mulheres. O senhor Francisco Lourenço, diretor da Guarda Municipal, presta um belíssimo trabalho, não tem horário de voltar para casa. O senhor Luzmar Guimarães, companheiro meu de trinta anos de serviço, serve à Defesa Civil, sem horário de voltar para casa nos tempos de chuva. A senhora Renata Ribeiro, delegada da delegacia de mulheres. Nem delegada colocamos aqui, por que? Cabe a cada um dos vereadores olhar, realmente, o currículo da pessoa. O senhor Sargento Ronaldo, trinta anos de serviço nessa cidade. Será que essas pessoas realmente não são dignas de receber o título por essa Casa? Por isso que todo mundo votou a favor. Então, ao vereador que teve a infelicidade do comentário e aos dois moradores, estou justificando o merecimento, como esta Casa deu muitos e muitos títulos que a gente... Até Deus duvida. Se mandar a pessoa receber o título vim, chegar na nossa cidade, ela vai errar o caminho. Então, Senhor Presidente, foi só a justificativa e desabafo mesmo porque as pessoas são merecedoras, como outras pessoas não foram, mas tiveram o título desta Casa. Obrigado”. O Senhor Presidente: “gostaria de consultar o Plenário devido à longa reunião, se pudesse deixar a discussão e votação dos requerimentos para a próxima reunião. Se o Plenário concordar, coloco em votação. Têm dois vereadores inscritos no Grande Expediente, eu gostaria de rogar ao Plenário, aqueles vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, os próximos requerimentos para a próxima semana”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente, questão de ordem. Eu gostaria de solicitar à Presidência desta Casa



que na próxima reunião colocasse para análise aqui do Projeto de Lei enviado pelo Executivo que altera a Lei nº 2.155, de 19/05/2010, regularizando a autorização para o município participar da criação da Fundação de Atendimento Especializado de Nova Lima, da FAENOL. É uma solicitação, inclusive, da nossa promotora, Dra. Ivana, que está exigindo que a gente analise esse Projeto de Lei para a prefeitura poder participar da FAENOL. Pedir para o Senhor dar uma analisada e na próxima reunião a gente colocar em Plenário. Obrigada”. O Senhor Presidente: “eu pediria o jurídico que providenciasse para a próxima semana a solicitação da vereadora Ângela Lima. Inscrito no Grande Expediente...”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente, questão de ordem. Eu só quero... Não deu tempo. Eu só quero aqui parabenizar o vereador Silvânio Aguiar; viu, vereador? Pela audiência pública lá do Galo lá. Parabéns pela iniciativa, uma Audiência Pública onde Vossa Excelência conseguiu lotar a Casa e foi muito boa a participação e o pessoal do Galo Açafão veio em peso; não é, vereador? Então, parabéns pela iniciativa e vamos trabalhar juntos para ver se nós conseguimos a água e a luz lá e saneamento básico que o pessoal precisa; viu? Parabéns mesmo, e continue assim, traçando esse caminho. Show de bola”. O Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Silvânio Aguiar”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “eu quero agradecer o vereador Alessandro Luiz Bonifácio, o vereador Gilson Marques, à vereadora Ângela Lima... Estou esquecendo de algum vereador que não veio a essa, aliás, que veio a essa audiência? Mas quero agradecer também a todos os vereadores da Casa porque ela foi aprovada por unanimidade e eu acho que essa audiência representa a nossa preocupação, a preocupação dos legisladores de Nova Lima quando diz respeito ao saneamento básico, à qualidade de vida das pessoas que ali residem. Então, vereador Alessandro, eu tinha até cometido esse lapso de esquecer da audiência, ela foi



extremamente proveitosa e eu convoco, assim como fiz naquele dia, todos os legisladores que possam, juntos, nos ajudar a resolver o problema lá do Recanto do Galo. Trocaram, agora não é Galo Açafrão mais não, Recanto do Galo. Então, eu fico muito satisfeito, fiquei feliz realmente de ver esse Plenário lotado. Muito obrigado, Senhor Presidente, pela oportunidade da fala”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “parabéns, viu vereador, pela audiência”. O Senhor Presidente: “inscrito no Grande Expediente o vereador André Vieira”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “duas coisas que eu queria pontuar aqui, uma eu vou esclarecer acerca da denúncia porque a gente muito se falou, votou e tal e ficou parecendo que estava eu contra a TV Banqueta. Então, é importante que a TV Banqueta está transmitindo, eu vou ler a denúncia que foi feita no jornal. A denúncia que foi feita no jornal, eu vou ler ela na íntegra aqui para vocês saberem da gravidade da coisa e porque que eu pedi essa CPI, porque eu achei um tanto quanto grave a denúncia. Diz assim... A TV que mostra tudo aqui que acontece na Câmara, a denúncia foi em relação à contratação dessa TV. Saiu no jornal O Tempo, na data de sete do quatro de dois mil e dezesseis, então, sete agora que passou saiu essa denúncia na coluna Aparte: “Uma contratação de serviços realizada pela Câmara Municipal de Nova Lima no ano passado está na mira do Ministério Público de Minas Gerais. Isso porque o processo, denunciado mais de uma vez ao MP, apresenta detalhes incomuns que podem significar fraudes cometidas em sua realização. Com o objetivo de contratar uma empresa para a prestação de serviços para a produção e a transmissão ao vivo das sessões ordinárias e extraordinárias da Câmara, a licitação teve como vencedora uma associação cujo proprietário é um ex-servidor do presidente da Casa, vereador José Geraldo Guedes (DEM). Além da ligação direta entre a Casa e a empresa, a licitação chama a atenção por outros fatores. As





etapas da operação – entre formação da comissão licitatória da Casa, levantamento de preços, negociação e homologação – foram concluídas em menos de vinte quatro horas, com toda a documentação sendo levantada e concluída entre dois e três de março de 2015. (ou seja, levou um dia o processo licitatório inteiro) A busca por empresas que poderiam participar da licitação e fornecer o serviço de transmissão chama a atenção pela falta de pesquisa. Segundo documentos obtidos pelo Aparte (que é a coluna de O Tempo), a Câmara entrou em contato com apenas duas grandes emissoras de televisão – que prontamente afirmaram não trabalhar com esse tipo de serviço –, e com a associação vencedora do processo. (Então, quem foi consultada: a Record, a Bandeirantes e a própria Associação Comunitária. Record, Bandeirantes e Associação Comunitária. A consulta de preço foi comparando a Associação Comunitária com a Record e com a Bandeirantes) Conhecida informalmente como TV Banqueta, a Associação das Entidades Usuárias de Canal Comunitário de Nova Lima forneceu à Câmara da cidade um orçamento de trinta e nove mil por mês para a transmissão de quatro sessões mensais realizadas no plenário da Casa. Com o processo homologado, a transmissão de cada reunião de vereadores custa quase dez mil aos bolsos do cidadão. O próprio preço fornecido pela TV Baqueta é alvo de suspeita, já que o valor foi levantado utilizando-se como base um comercial de 30 segundos da Agência Nacional do Cinema (Ancine). Outro fator que gera discussão sobre a legalidade da licitação e se há, de fato, necessidade para a contratação desse tipo de serviço. Segundo a legislação vigente, cada Casa legislativa municipal pode reservar a utilização de canais comunitários para a documentação de seus trabalhos. Ou seja, a Câmara de Nova Lima poderia solicitar às operadoras de TV a cabo um horário e, assim, exibir as sessões de forma gratuita, ficando apenas com os custos da filmagem”. Então, esse foi o principal teor da denúncia



que eu achei grave e achei por bem pedir a CPI que infelizmente foi reprovada, mas está no Ministério Público e aí eu vou lá saber o que está acontecendo, porque está parado ou se está parado, não acredito que esteja parado não porque o Ministério Público é um órgão sério, eu acredito que deva estar realmente em tramitação, mas aí agora eu vou acompanhar bem de perto. Se estiver legal, tudo tranquilo; está certo? Tudo tranquilo. Outra coisa, Senhor Presidente, não foi feito, eu ia fazer até na parte do requerimento, não foi... Como já teve a dispensa dos requerimentos, eu só queria solicitar ao Senhor, o Senhor alugou um espaço lá com várias salas por causa da obra que o senhor está realizando aqui, uma obra que eu considero também desnecessária, uma obra que vai gerar para esta Casa um valor em torno de dois milhões, uma obra que vai contratar um... Vai construir um elevador, essa Casa já tinha um espaço de um elevador, uma obra que se justifica pela acessibilidade, mas hoje em dia a coisa mais fácil que tem é você colocar uma cadeira elevada que tem um custo barato, uma obra que... Em março do ano passado, a Eletro Carvalho foi a ganhadora de uma licitação, se eu não me engano, aonde foi feito todo o cabeamento de rede desta Casa, pagou-se setenta mil em março do ano passado e está sendo aberto um novo pregão, acho que já foi já, para fazer o mesmo tipo de serviço por causa dessa obra nova, ou seja, uma obra que foi mal planejada. Então, uma obra que eu considero extremamente irregular mas que está lá colado no meu gabinete, você não consegue atender ninguém, você não consegue ficar no gabinete, ninguém consegue. Hoje inclusive, vereador Silvânio é testemunha porque nós tínhamos combinado de nos reunirmos no meu gabinete e o vereador Silvânio falou: ‘não tem condições de ficar no seu gabinete não’. Aí eu falei: ‘não, mas vamos aí que não tem outro lugar não’. E ele pegou e falou... E eu fui, cheguei no meu gabinete no horário que a gente tinha marcado e eu falei: ‘olha, vereador, realmente não tem



condição não'. Tive que tirar todo mundo porque o barulho, o negócio está demais, além da poeira, está quebrando tudo aqui dentro. Então, eu queria solicitar que se arrumasse um cantinho lá também porque já tem alguns gabinetes lá, se eu não me engano o da vereadora Ângela está lá. O senhor tirou os do terceiro andar, mas a obra está envolvendo o prédio inteiro, então está complicado, não dá para ficar aqui dentro, está difícil. Então, se puder arrumar um cantinho para eu ficar lá também, eu vou agradecer. Ia colocar isso até como requerimento, mas já que foi dispensado, estou querendo aproveitar o espaço aqui para deixar esta solicitação para a Casa. Muito obrigado". O Senhor Presidente: "eu quero dizer que foi oferecido a todos os vereadores o local para funcionar seus gabinetes. Somente a vereadora Ângela Lima que aceitou...". O vereador André Luiz Vieira da Silva: "a mim não foi não, vereador". O Senhor Presidente: "foi, foi oferecido, foi falado aqui nas reuniões e não foi em uma reunião só não. Então, eu quero dizer...". O vereador André Luiz Vieira da Silva: "eu que sugeri à vereadora para sair". O Senhor Presidente: "eu estou com a palavra, vereador. O senhor falou que se eu quisesse... Eu estou no Grande Expediente, o senhor não pode me interromper...". O vereador André Luiz Vieira da Silva: "mas eu estou dentro do prazo lá". O Senhor Presidente: "não senhor, o senhor já terminou...". O vereador André Luiz Vieira da Silva: "não terminou não, olha lá, estou no meu prazo lá". O Senhor Presidente: "o senhor tinha quinze minutos, mas o senhor não tem mais, acabou". O vereador André Luiz Vieira da Silva: "eu estou no meu prazo". O Senhor Presidente: "o senhor está querendo me atrapalhar? O meu raciocínio? Está no meu tempo. Aqui, o negócio é o seguinte, vamos voltar lá na TV Banqueta para esclarecer. Antes, havia um contrato anterior para que a TV Banqueta somente filmasse as reuniões, somente as reuniões. Então, eu achei aquilo ali um absurdo, pagar uma televisão para que ela...



Vereadora Ângela, vou terminar, eu gostaria que a senhora ouvisse com atenção, é rapidinho. Eu quero dar as explicações porque a transmissão era uma filmagem. Esse vereador aí, a gente escuta...”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “ele não saiu não”. O Senhor Presidente: “ele saiu, sim senhor. Ele saiu, sim senhor. O Plenário é daqui para cá. É de costume fazer isso aí. Então, eu quero dizer que, como foi dito aqui, a cadeira elevada não sobe cinco lances de escada não. Eu gostaria de dizer que eu prometi para mim mesmo quando eu... Se eu fosse eleito Presidente, que eu colocaria o elevador, pelo seguinte motivo: esse elevador que está aqui está na justiça há quinze anos, há quinze anos. É mentira quando falam que essa obra é dois milhões, mentira. Então, a lei manda, a lei manda, determina que dois andares tem que ter elevador. Eu fiz alguma coisa errada? Não. A Câmara tem condições sim de fazer essa obra aí. A lei obriga ter os banheiros para os deficientes, aqui tem um banheiro, sendo que nós temos quatro andares. Nós vamos construir sim os banheiros para os deficientes. Nós temos que respeitar os idosos e os deficientes e não está sendo respeitado nesta Casa. Desde quando eu comecei essa obra que eu sou massacrado por alguns vereadores. Quero dizer para vocês que eu não tenho medo, eu encaro de frente as minhas coisas, eu sempre fui assim. Aqueles que ficam me atacando são imorais. Me atacando, minha vida pessoal... Eu não mexo com vida pessoal de ninguém, a não ser que o cara... A pessoa esteja na justiça. Aí está concretizado, está concretizado e está na justiça porque é devedor. Eu sempre fui a favor da construção. A desculpa antes é que o Ministério Público embargava pelo fato desse elevador quinze anos na justiça. Eu assumi, dentro de um mês, o Ministério Público autorizou. Foi autorizado porque nós fizemos um relatório mostrando a verdade sobre esse elevador aí. A obra vai sair, vai sair. Quanto ao barulho, eu vou solicitar que a empresa trabalhe em horários diferentes. Agora, uma obra tem



barulho sim, eu sei que tem barulho. Nós não estamos quebrando tudo não, nós estamos fazendo a obra... Como foi dito aqui, nós não estamos quebrando tudo não, nós estamos fazendo uma obra séria, se tiver alguma coisa aí, vai lá no Ministério Público, vai lá me denunciar. Eu sou Nova Lima. Eu tenho fotos aqui de pessoas com uma perna só. Vou citar o nome aqui, o Lelo que é uma pessoa deficiente. Ele... Deficiente e político, o Lelo, que dia que o Lelo passou do primeiro andar aqui? Que dia? Tem que atendê-lo aqui. Vereador às vezes é chamado e tem que atendê-lo aqui. Aqui, como foi dito, cadeira elevada para quatro andares? Onde existe isso? Então, eu vou fazer as rampas, vou fazer os banheiros e vou fazer o elevador. Me mostre aí, me mostre, me aponte que eu estou errado. A obra não vai custar dois milhões. Essa obra foi empenhada em 2015, tudo dentro da lei, tudo dentro da lei. Eu procuro, o tempo todo, olhar o jurídico, olhar as pessoas que me cercam, pessoas de bem. Então, eu não faço nada da minha cabeça, nunca fiz e nunca farei. Uma cabeça pensa mais que a outra. Eu não vou me alongar. As pessoas, para terminar, elas têm que respeitar o idoso, elas têm que respeitar o deficiente. Volto a frisar, a lei manda: dois andares tem que ter elevador, aqui são quatro. Eu estou errado? Isso que é picuinha com este vereador, o tempo todo, o tempo todo. Eu determinei que passasse às mãos de todos os vereadores o projeto, tudo, porque não tem nada de errado. Então, ninguém joga pedra em árvore que não produz, que não dá frutos. Então, eu sempre dei frutos, dou o meu sangue aqui, chego aqui... Amanhã estou aqui, sete e meia da manhã pode vim aqui, estou aqui. Sou uma pessoa trabalhadora, os vereadores mais antigos aqui da Casa me conhece, sabe da minha índole, sabe que eu amo Nova Lima, eu amo o Villa Nova. Eu vejo o jornal aqui descendo o cacete no Villa Nova, pessoas que nunca nem entraram no campo do Villa. O Nélio, eu gostaria de falar na cara no Nélio: o Nélio é um herói. Qualquer homem que



assumir o Villa Nova é um herói porque administrar o Villa Nova é muito mais difícil do que administrar o município. Eu falo isso de cadeira porque desde que eu nasci que sou Villa Nova, eu sei as coisas do Villa Nova. Agora, vim falar... O Nélio é um herói. A campanha do Villa não foi tão má assim não. Só porque tomou de sete? A seleção tomou. Isso é um desastre, isso é um desastre. Então, quando fala do meu Villa Nova, que meu filho chama Iguatemy Villa Nova. Eu não posso concordar com umas pessoas que nunca entraram no campo do Villa, simplesmente porque tem um jornal aqui, denegrir o Villa Nova. Vai lá ajudar, vai lá ajudar como eu ajudo. Ajudei ano passado, ajudei... Procura o Nélio, pergunta se eu ajudei ou não ajudei. Então, é difícil, é difícil. Em Nova Lima, o errado é que é o certo. Obrigado. Está encerrada a reunião. Obrigado, boa noite”.

---